



O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Nós temos o Deputado Julio Lopes, o Deputado Ivan Valente e o Deputado Darcísio Perondi. Depois passaremos à orientação de bancadas.

O tempo de Líder do Governo está dividido entre o Deputado Julio Lopes e o Deputado Darcísio Perondi. Serão 5 minutos para cada um.

V.Exa., Deputado Julio Lopes tem agora 10 minutos: 5 minutos seus, mais 5 minutos do tempo da Liderança.

Concedo a palavra ao Deputado Julio Lopes.

O SR. DEPUTADO JULIO LOPES - Boa tarde a todos.

Sras. e Srs. Deputados, eu gostaria de começar a minha fala dizendo que nenhum de nós tem o dom da razão. Nenhum de nós, nem institucionalmente, nem pessoalmente, tem o monopólio da honestidade ou da boa intenção. Todos aqui somos homens e mulheres de bem trabalhando pelo Brasil.

Manifesto aqui meu enorme respeito pela Oposição, que ora faz o seu dever de tentar travar, obstar e atrasar a reforma. Da mesma forma, saúdo os meus companheiros de bancada do Governo, que trabalham valentemente para tentar aprovar esta reforma fundamental para o Brasil.

Eu digo isso em razão do respeito que tenho por Deputados como José Mentor, Lelo, Ivan Valente, Alessandro Molon, que aqui se posicionam veementemente contra a reforma, porque julgo, senhoras e senhores, ainda que o respeito e a admiração não me sejam recíprocos, que esse é o desejo do povo: que o embate de nossas ideias e visões sobre o Brasil e o mundo se confronte aqui para trazer aquilo que é melhor para a população e para o futuro do Brasil.

Fazemos aqui, sim, o nosso papel quando defendemos com veemência, com rigor, com vontade aquilo que pensamos, aquilo em que acreditamos para confrontar nossas visões de mundo e poder legar ao Brasil uma legislação mais moderna.

Quero só lembrar aos colegas que não estamos falando aqui de todos os brasileiros. Lamentavelmente, Deputado Jandira, aqui legislamos apenas para 50% dos trabalhadores brasileiros — 46% trabalham na informalidade.

Deputado Molon, quando legislamos aqui, as leis que fazemos não atingem 17% da economia nacional.

Deputado Ivan Valente, milhões e milhões de brasileiros não são...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Interrompo-o, porque não estamos conseguindo ouvi-lo.

Por favor, a conversa dos senhores que estão aqui atrás está nos atrapalhando. Por favor, encontrem outro lugar. Estão falando onde não deveriam estar.

Com todo o respeito, peço que os assessores que estão nesse outro núcleo de conversa, por favor, se retirem. Não será permitido o retorno neste momento, porque não estamos tendo condições de escutar os oradores. Por favor!

Temos uma sala ao lado, o Plenário 4, de onde é permitido acompanhar a reunião. Ficarem aqui conversando não é possível. Positivo? Podemos retomar?

Não saíram alguns que estavam ali. Eu acredito que esses aí... Vou acompanhar.

Por favor, feche a porta. Nós estamos aqui com lotação esgotada.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Neste momento, não é necessário. Se for necessário, nós vamos chamar. A conversa aqui estava nos atrapalhando.

Vamos em frente!

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - Se não gravassem...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Não podem gravar falando enquanto os outros também estão falando.

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - Atrapalha!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Temos que ter respeito entre nós. Positivo?

Vamos tentar reiniciar, por favor.

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Então sou eu. Para reiniciar sou eu.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Não, não. A palavra está com o Deputado Julio Lopes.

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Ah! Achei que iríamos começar de novo, Presidente! *(Risos.)*

V.Exa. falou reiniciar e não retomar.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Por favor, reponham o tempo de 30 segundos do Deputado Júlio, que parou.

O SR. DEPUTADO JULIO LOPES - Trinta segundos, não. V.Exa. me tomou 1 minuto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Não, não. É que parou o tempo. Parou o tempo. Reponham para 8 minutos. Reponho a V.Exa. 20 segundos, e vamos em frente.

O SR. DEPUTADO JULIO LOPES - Sr. Presidente, eu dizia que nenhum de nós aqui, nem institucionalmente, nem pessoalmente, tem o dom da certeza, da sabedoria, nem o monopólio da virtude e da honestidade. Todos nós aqui somos igualmente falíveis, somos igualmente seres capazes de errar e de acertar.

E, certamente, ao promulgamos esta reforma, ou ela debatermos, estamos errando e acertando, porque é assim que é, Deputado Arthur Oliveira Maia: o que o povo e a sociedade desejam é que aqui se confrontem nossas ideias, no máximo de sua potencialidade, para que possa sair o melhor relatório das mãos de V.Exa., a fim de que, levado ao Plenário, possa ser um novo momento para o Brasil.

Acredito, sim, Deputados, que estamos fazendo isso aqui. Lamentavelmente, por excessos, temos caído na cilada da criminalização da política. Temos aceitado que instituições outras, que também não têm o monopólio da verdade, nem da Justiça, nem da sinceridade, nem da honestidade, criminalizem esta ação, que é a mais importante das ações em sociedade, que é a ação política.

Não podemos permitir, caros colegas, que se criminalize a nossa ação política, tenhamos nós a impressão que tenhamos uns dos outros. Não podemos permitir essa criminalização, ainda que nos queiramos ofender; ainda que queiramos, com toda a veemência, defender nossos pontos de vista contrários.

Quero dizer à Deputada Jandira, por quem tenho um enorme respeito — ainda que não me seja recíproco, repito —, que a questão do Rio de Janeiro é, sim, uma questão de administração previdenciária. Chamo a atenção para o fato de que, no Rio, nós temos 200 mil funcionários ativos para 450 mil funcionários inativos, a quem pagam integralidade na sua maioria — 11% é descontado de 200 mil servidores para pagar a 400 mil servidores. E, obviamente, Deputada, com todo o respeito e admiração que lhe tenho, essa conta não fecha.



É verdade, sim, que no Rio de Janeiro nós temos problemas de corrupção, e graves, dos quais, inclusive, eu estou sendo até acusado — e que, com absoluta tranquilidade, eu me defenderei e saberei provar não só minha inocência, mas a lisura dos meus procedimentos. E acho bom que assim seja, porque é para o bem do Brasil, Deputado Arthur Oliveira Maia.

A Justiça está procedendo a uma enorme libertação deste País, e, ainda que acusado, ainda que sofrendo injustiças que me penalizam no dia a dia, acho que esse processo é profundamente importante, respeitável e desejável.

O que quero, apenas, é que nós não nos criminalizemos. Temos de nos respeitar, colegas. Eu respeito profundamente todos aqueles que, com toda a verve e com toda a força, me falam em contrário e até insinuem problemas outros, mais graves, até, mas o que não se pode aqui é deixar de ter paixão, verdade e desejo de defender as visões de mundo que temos, de defender aquilo que queremos conceber para um Brasil melhor.

E, na minha visão, nada atenta mais contra o pobre, Deputado Marun, do que o desemprego. Nada atenta mais contra aquele que precisa do que a falta da prosperidade, a falta do desenvolvimento, a falta da oportunidade. E a oportunidade só virá quando nós tivermos uma Nação mais equilibrada.

Se algo, Deputado Bilac, trazem em comum os homens e as mulheres de sucesso, é quando esses se autoatribuem responsabilidade. Só são desenvolvidas as nações que se autoatribuem responsabilidades no futuro e no desenvolvimento.

O Brasil não pode ser acreditar um coitado! Não temos como continuar como uma Pátria de assistidos! Essa visão assistencialista do mundo no Brasil nos quebrou e nos levou à miséria! Temos 101 milhões de brasileiros recebendo subsídios, caros companheiros! Como pode uma Pátria de 206 milhões de brasileiros pagar subsídios a 101 milhões de brasileiros? Essa conta não fecha, e ela não fecha não apenas em termos previdenciários; ela não fecha nunca, nem em termos de assistencialismo nem em nenhum outro. Assistimos muito mais do que podemos.

Quero fazer, como faço, Deputado Carlos Marun, em todos os meus discursos, quando abro a fala, e me refiro sempre ao saudoso e memorável Senador Roberto Campos, cujo número tenho a alegria de ter aqui. Ele dizia sempre que



ninguém pode fazer mais pelo próprio cidadão do que ele mesmo. Ninguém legará ao cidadão, seus filhos e netos um futuro melhor do que o que aquele próprio cidadão e sua própria vontade farão para que sua família se desenvolva.

Quero aqui deixar patente que ninguém, nenhum Deputado, poderá fazer pela senhora ou pelo senhor mais do que o senhor ou a senhora mesma, com vontade de melhorar a sua vida. Não acreditem que o Brasil poderá assisti-los eternamente, como se fosse um saco sem fundo, que provê recursos do nada, fazendo jorrar dinheiro ou prosperidade do além. Só a produtividade, só o resultado do crescimento da produção poderá levar o Brasil a ser uma Nação desenvolvida, capaz de assistir melhor e atender melhor os seus cidadãos. Só teremos melhor saúde, melhor educação, melhor infraestrutura, quando os brasileiros, de modo próprio, construírem essa infraestrutura, essa educação e essa saúde, acreditando que é deles que dependem esse progresso e esse desenvolvimento.

Deixo aqui, senhoras e senhores, a minha fala no sentido de que, por favor, tenhamos respeito uns pelos outros. Não caiamos nessa cilada de nos criminalizarmos de novo, porque aqui se exerce o mais fundamental papel desta democracia ainda infante, que precisa ser, e muito, protegida e trabalhada, para um dia chegarmos a ser uma Nação verdadeiramente próspera, Deputado Lelo Coimbra.

Eu quero saudar, mais uma vez, Deputado Ivan Valente, toda sua garra e toda a sua veemência. Respeito cada vez em que V.Exa. se manifesta com fúria e com raiva para aqui fazer prevalecer as suas ideias e ideais, porque eu faço da mesma forma, porque acredito, como V.Exa., que sou vocacionado para tentar legar ao meu País e o meu povo uma situação um pouco melhor.

E, assim, votarei pela Previdência: votarei favoravelmente, porque acredito que nós não temos como continuar ampliando eternamente o assistencialismo que fazemos, a assistência queremos dar — não porque não queiramos, mas porque não podemos; porque é impossível fazê-lo; porque não existem recursos nem perspectivas deles para assistir o que contratamos. O que já está contratado é impagável. São impagáveis os compromissos que já assumimos, senhoras e senhores ouvintes desta Comissão; que dirá aqueles compromissos que ainda iremos assumir a partir de hoje.



Portanto, sejamos mais precavidos; acreditemos mais em cada cidadão e em cada cidadã brasileira; e vamos fazer desta Pátria um País melhor.

Podem acreditar que, se dermos um crédito a cada cidadão, a cada cidadã do Brasil, eles saberão gerir as suas próprias vidas muito melhor do que nós podemos fazer ao tentar ajudá-los sem fim e sem condições.

Deixo aqui o meu voto favorável à consciência de cada brasileiro que defende o seu futuro e um Brasil melhor.

Muito obrigado a todos.